

# 3º Exame de Ordem - 1ª fase - 1997

## Direito Civil

1. Constitui pressuposto processual subjetivo:

- (a) Legitimidade da parte;
- (b) Interesse processual;
- (c) Capacidade processual;
- (d) *Causa petendi*.

2. A tutela antecipada visa:

- (a) Garantir o resultado útil do processo;
- (b) Acelerar o fim do processo;
- (c) Evitar decisões contraditórias;
- (d) Antecipar o que se pediu na inicial.

3. A coisa julgada material tem como efeito:

- (a) Preclusão do despacho;
- (b) Impossibilidade de recursos;
- (c) Execução do *decisum*;
- (d) Impossibilidade de modificação do que foi decidido.

4. Configuram requisitos da sentença:

- (a) Relatório, fundamentação e dispositivo;
- (b) Exposição dos fatos e do Direito;
- (c) Aplicação do direito ao caso concreto;
- (d) Análise das questões incidentais.

5. Em relação ao sinal em dinheiro ou arras, estipulados em certos contratos, podemos afirmar que não é verdade:

- (a) Que as arras confirmatórias são pagamento feito por um dos contraentes e realizado em garantia da conclusão do contrato;
- (b) Que as arras penitenciais são aquelas em que ocorre cláusula de arrependimento;
- (c) O fato de não ter havido sinal em contrato de promessa compra e venda torna o negócio inexistente;
- (d) Arras-dinheiro ou objeto dado para a prova de que o negócio está feito.

6. A compra e venda de bens móveis é contrato:

- (a) Unilateral;
- (b) A título gratuito;
- (c) Formal;
- (d) Comutativo.

7. Entende-se por interpretação autêntica da lei a que provém:

- (a) Do Supremo Tribunal Federal;
- (b) Do poder Executivo, através de seus órgãos normativos;

(c) Do próprio Poder Legislativo;

(d) Dos diversos órgãos integrantes do Poder Judiciário.

8. A expressão "cláusula constituti" que todas as escrituras definitivas de compra e venda de imóveis contém, significa que:

(a) Trata-se de mera fórmula dos tabeliães, consagrada pelo uso;

(b) Deve ser obrigatoriamente utilizada quando o comprador não se achar ainda na posse do imóvel;

(c) Só deve ser utilizada na escritura definitiva sendo equivocado utilizá-la na promessa de compra e venda;

(d) Trata-se de antiga expressão de significado idêntico à evicção de direito.

## Direito Penal

9. O acusado, citado pessoalmente, não comparece ao interrogatório, nem constitui advogado. Como o juiz competente deverá proceder em face de tal situação:

(a) Determinar a suspensão do processo e do curso prescricional;

(b) Determinar a suspensão do processo, do curso prescricional e, ainda, determinar a antecipação das provas consideradas urgentes;

(c) Somente determinar a suspensão do processo;

(d) Decretar a revelia do réu, seguindo o processo sem a sua presença.

10. Qual o recurso cabível contra decisão de 2ª Instância, não unânime, e desfavorável ao réu:

(a) Carta Testemunhável;

(b) Embargos de Nulidade;

(c) Recurso em Sentido Estrito;

(d) Recurso de Apelação.

11. No que diz respeito à prova penal, assinale a alternativa correta:

(a) A confissão do acusado constitui prova plena;

(b) Há no nosso sistema legal a pré-fixação hierárquica das provas;

(c) O juiz não poderá intervir na produção das provas;

(d) Todas as provas tem valor relativo.

12. Assinale a resposta que contém todos os pressupostos e todas as circunstâncias legais que autorizam a decretação da custódia preventiva:

(a) Prova da existência do crime; indício suficiente da autoria; garantia da ordem pública e conveniência da instrução criminal;

(b) Prova da existência do crime; indício suficiente da autoria; garantia da ordem pública; garantia da ordem econômica; conveniência da instrução criminal e assecuração de eventual pena a ser imposta;

(c) Prova da existência do crime; indício suficiente da autoria; garantia da ordem pública; garantia da ordem econômica e conveniência da instrução criminal;

(d) Prova da existência do crime e indício suficiente da autoria.

13. Numa luta de boxe travada entre "A" e "B", "A" desfere um soco, que leva "B" a bater com a cabeça no "corner" do ringue, ficando inconsciente. "B" é levado ao hospital, e não resistindo as lesões, acaba falecendo.

(a) O Fato é típico de homicídio;

(b) O Fato é típico de lesões corporais seguida de morte;

(c) O Fato é atípico pela permissibilidade esportiva;

(d) Houve perigo de vida.

14. "A" desejando matar "B", vai a sua casa e, pela madrugada penetra no quarto onde "B" dormia, descarregando o revólver que portava. Em seguida se retira. Submetido a exame cadavérico os legistas concluem que "B" morreu em razão de um infarto horas antes de ser atingido por "A".

(a) Houve homicídio doloso com a qualificadora do meio que tornou e impossibilitou a defesa da vítima;

(b) Houve homicídio tentado;

(c) Deu-se o crime impossível por impropriedade do objeto material;

(d) Deu-se violação a cadáver;

15. "A", inimigo de "B", o procura e, em plena via pública lhe desfere um pontapé no rosto. Com o impacto sofrido, "B" vai ao solo e batendo com a cabeça no meio fio, vem a falecer.

(a) O Crime cometido foi de homicídio doloso;

(b) O Crime cometido foi de homicídio culposo;

(c) O Crime cometido foi de lesões corporais seguida de morte;

(d) O Crime foi de lesões corporais e homicídio em concurso formal.

16. "A", no dia em que completava 20 anos de idade, de posse da arma de seu pai, uma pistola 7.65, em plena rua faz quatro disparos para o ar, causando pânico na rua. Apavorado com a repercussão de seu ato, sai do local, ignorando, todavia, que um dos disparos atingira a vidraça de um apartamento da vizinhança, destruindo-a.

(a) Houve delito de perturbação a paz pública;

(b) Houve delito de dano;

(c) Houve delito de perigo para a vida ou a saúde de outrem;

(d) Houve tentativa de homicídio.

## Direito Trabalhista

17. O não comparecimento do reclamante à audiência importa:

(a) O arquivamento da Reclamação Trabalhista;

(b) A revelia do reclamando;

(c) Procedência do pedido;

(d) Improcedência do pedido.

18. A testemunha quando devidamente arrolada ou convocada pelo Juízo:

(a) Não poderá sofrer qualquer desconto pelas faltas ao serviço;

(b) Sofrerá desconto porque faltou ao serviço;

(c) Terá a falta descontada no período de férias;

(d) Terá a falta descontada no 13º Salário.

19. O trabalho em condições de periculosidade assegura ao empregado um adicional de:

(a) 10% sobre o salário mínimo;

(b) 40% sobre o salário mínimo;

(c) 30% sobre o salário sem os acréscimos resultantes de gratificações, prêmios ou participações nos lucros da empresa;

(d) 20% sobre o salário mínimo.

**20.** Nas empresas que explorem os serviços de telefonia, telegrafia submarina ou subfluvial, de rádio telegrafia ou de rádio telefonia, a duração máxima da jornada para os respectivos operadores é de:

(a) 8 horas diárias ou 44 horas semanais;

(b) 6 horas contínuas de trabalho por dia ou 36 horas semanais;

(c) 4 horas por dia ou 24 horas semanais;

(d) 7 horas por dia ou 42 horas semanais.

**21.** Nos contratos individuais de trabalho só é lícita a alteração das respectivas condições:

(a) Por mútuo consentimento, e, ainda assim, desde que não resultem, direta ou indiretamente, prejuízo ao empregado, sob pena de nulidade da cláusula infringente desta garantia;

(b) Por determinação exclusiva do empregador;

(c) Por norma interna da empresa;

(d) Por revogação de normas internas.

**22.** O horário normal de trabalho do empregado, durante o prazo do aviso prévio, se a rescisão tiver sido promovida pelo empregador, será reduzido de:

(a) De duas horas diárias, sem prejuízo do salário integral;

(b) De quatro horas diárias sem prejuízo do salário integral;

(c) De três horas diárias sem prejuízo de salário integral;

(d) De uma hora diária sem prejuízo de salário integral.

## Direito Comercial

**23.** A compra e venda mercantil é um contrato:

(a) Real;

(b) Preliminar;

(c) Consensual;

(d) Acessório.

**24.** O título de crédito que comporta o "aceite" é:

(a) O cheque;

(b) A duplicata;

(c) O warrant;

(d) A nota promissória.

**25.** Ação é:

(a) A parte mínima em que se divide o capital;

(b) A parte do lucro atribuída a cada acionista;

- (c) Um título de crédito próprio;
- (d) Título representativo de empréstimo tomado pela SA.

26. O atributo do título de crédito que faz com que as obrigações nele contidas sejam interindependentes é:

- (a) Literalidade;
- (b) Abstração;
- (c) Cartularidade;
- (d) **Autonomia.**

27. Diz-se Sociedade de capital aberto aquela que:

- (a) Foi constituída mediante subscrição pública;
- (b) Possui ações de várias espécies e formas;
- (c) **Tem suas ações negociadas em bolsa;**
- (d) É de capital autorizado.

28. A falência é um processo de execução coletiva que tem por finalidade última:

- (a) **Realizar o ativo e liquidar o passivo;**
- (b) Interditar o devedor para o exercício do comércio;
- (c) Declarar a insolvência do devedor;
- (d) Desapossar o falido de seus bens.

## Direito Tributário

29. IMUNIDADE é:

- (a) Dispensa legal do pagamento do tributo ou penalidade pecuniária;
- (b) Forma especial de exclusão do crédito tributário;
- (c) Limitação à cobrança de tributos Estaduais e Municipais, imposta pela União, através de lei complementar nacional;
- (d) **Limitação constitucional ao poder de tributar.**

30. Em ação de repetição de indébito tributário, são devidos:

- (a) Correção monetária e juros de mora, a partir da citação;
- (b) Correção monetária e juros de mora, a partir do trânsito em julgado da decisão que determinar a restituição;
- (c) Correção monetária e juros de mora, a partir do indébito;
- (d) **Correção monetária, a partir do indébito e juros de mora, a partir do transito em julgado da decisão que determinar a restituição.**

31. De acordo com a CF/88, a competência residual pertence:

- (a) À União, aos Estados, aos Municípios e ao Distrito Federal;
- (b) **À União;**
- (c) Aos Estados e ao Distrito Federal;
- (d) Aos Municípios, aos Estados e ao Distrito Federal.

32. São impostos sujeitos ao principio da não cumulatividade:

- (a) O IPI e o ICMS;
- (b) O IPI, o ICMS e o IPTU;
- (c) O IPI e o IOF;
- (d) O ISS e o IPTU.

## Direito Internacional

33. Em relação à condição jurídica do estrangeiro, qual das assertivas abaixo é falsa ?

- (a) O estrangeiro não é mais um inimigo comum como na antigüidade, um servo como na Idade Média, um forasteiro como no último Século, é um hóspede a quem são reconhecidos direitos civis e a quem se acolhe como amigo;
- (b) No Brasil, o estrangeiro, desde que entre e permaneça regularmente, está praticamente equiparado aos nacionais no que se refere aos direitos civis, segundo nossa Constituição Federal;
- (c) De acordo com a Constituição Federal de 1988, o estrangeiro que cometer um crime no Brasil deve ser expulso através de Decreto presidencial e julgado em seu país de origem;
- (d) Estrangeiro é todo aquele que não é nacional.

34. A Constituição Federal trouxe significativas mudanças no que diz respeito a matéria de NACIONALIDADE. Tendo em vista o texto atual podemos afirmar que:

- (a) São brasileiros naturalizados os residentes em território nacional por mais de quinze anos ininterruptos, ainda que não requeiram a nacionalidade brasileira;
- (b) O Brasil adota o sistema do *jus sanguinis*, ou seja, só serão brasileiros os nascidos de pai ou mãe brasileira;
- (c) São brasileiros natos os nascidos na República Federativa do Brasil, ainda que de pais estrangeiros, mesmo que a serviço de seu país;
- (d) São brasileiros natos os nascidos no estrangeiro, de pai ou mãe brasileiro, desde que qualquer deles esteja a serviço da República Federativa do Brasil.

35. Um estrangeiro, regularmente expulso do Brasil em 1990, em virtude de ter atentado contra a economia popular, deseja voltar ao país na qualidade de TURISTA. Qual o procedimento a ser tomado para que ele obtenha o visto necessário para ingressar no país?

- (a) Uma vez expulso, o estrangeiro jamais poderá ingressar no país;
- (b) O estrangeiro, munido dos documentos necessários, deverá requerer junto a representação consular do Brasil no local, o visto de turista;
- (c) O estrangeiro somente poderá habilitar-se para obter o visto de turista para ingressar no Brasil, caso seja revogado o Decreto presidencial que determinou sua expulsão;
- (d) O estrangeiro deverá requerer ao Ministério da Justiça, através de petição protocolada junto a repartição consular brasileira, o pedido de obtenção do visto de turista, justificando o motivo da viagem e comprovando o meio de retorno ao seu país de origem.

36. Marque a indicação correta:

I) O Tratado de Assunção, assinado em 26 de março de 1991, instituiu o Mercado Comum do Sul, composto inicialmente pela República Argentina, República Federativa do Brasil, República Oriental do Uruguai e a República do Paraguai.

II) O MERCOSUL não é apenas um processo de cooperação para criação de uma Zona de Livre Comércio e União Aduaneira, mas um processo de integração supranacional em diversas áreas, tais como: política, econômica, social e cultural.

III) Em matéria jurídica podemos afirmar que existem diversos Protocolos assinados pelos países integrantes do MERCOSUL, dentre os quais destacamos os Protocolos sobre Medidas Cautelares, sobre Jurisdição Internacional, Assistência Jurídica mútua em Assuntos Penais, Jurisdição Internacional em Matéria Contratual e Responsabilidade Civil Emergente de Acidentes de Trânsito entre os Estados Partes do Mercosul.

IV) Na Reunião de Ouro Preto, realizada no Brasil, estabeleceu-se ao MERCOSUL personalidade jurídica de Direito Internacional e possibilidade de representação processual, impondo-lhe direitos e obrigações.

- (a) As afirmativas I e II são corretas;
- (b) A afirmativa III é falsa;
- (c) As afirmativas II e IV são complementares e estão corretas;
- (d) Todas as afirmativas estão corretas.

## Direito Constitucional

37. Mandado de segurança coletivo pode ser impetrado por:

- (a) Partido político legalmente constituído, organização sindical de primeiro grau, entidade de classe ou associação legalmente constituída e em funcionamento há pelo menos um ano, em defesa dos interesses de seus membros;
- (b) Partido político com representação no Congresso Nacional, organização sindical, entidade de classe ou associação legalmente constituída e em funcionamento há pelo menos um ano, em defesa dos interesses de seus membros ou associados;
- (c) Partido político com representação no Congresso Nacional, organização sindical, entidade de classe de âmbito nacional ou associação legalmente constituída e em funcionamento há pelo menos dois anos, em defesa dos interesses dos seus associados;
- (d) Partido político, organização sindical, entidade de classe ou associação legalmente constituída, em defesa dos interesses de seus membros ou associados.

38. A ação direta declaratória de inconstitucionalidade de lei ou ato normativo federal ou estadual em face da Constituição Federal pode ser proposta perante o Supremo Tribunal Federal:

- (a) Pelo Procurador-Geral da República, com exclusividade;
- (b) Pelo Presidente da República, pela Mesa do Senado Federal, pela Mesa da Câmara dos Deputados ou pelo Procurador-Geral da República;
- (c) Pelo Presidente da República, pela Mesa do Senado Federal, pela Mesa da Câmara dos Deputados, por Mesa de Assembléia Legislativa, por Governador de Estado, pelo Procurador-Geral da República, pelo Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil, por partido político com representação no Congresso Nacional, por confederação sindical ou entidade de classe de âmbito nacional;
- (d) Pelo Procurador-Geral da República, pelo Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil e pelo Advogado-Geral da União.

39. As normas definidoras dos direitos e garantias fundamentais:

- (a) Têm aplicação imediata;
- (b) Dependem de edição de medida provisória;
- (c) Carecem de legislação ordinária integradora de eficácia;
- (d) Necessitam de regulamentação através de lei complementar.

40. No sistema federativo brasileiro, os Estados Federados:

- (a) Têm capacidade de auto-organização e de autogoverno, mas não podem estabelecer princípios concernentes à organização dos Municípios;
- (b) Podem organizar-se, obedecidos os princípios estabelecidos na Constituição federal, sendo-lhes conferidas competências legislativas expressas;

(c) Têm capacidade de auto-organização, de autogoverno e de auto-administração, observados os princípios estabelecidos na Constituição federal, sendo-lhes reservadas as competências que não lhes sejam vedadas pelo texto fundamental;

(d) Não dispõem da capacidade de auto-organização, organizados que são pela Constituição Federal, ainda que disponham da capacidade de autogoverno.

**41. Conceder-se-á *habeas data*:**

(a) Sempre que alguém sofrer ou se achar ameaçado de sofrer violência ou coação em sua liberdade de locomoção, por ilegalidade ou abuso de poder;

(b) Sempre que a falta de norma regulamentadora torne inviável o exercício dos direitos e liberdades constitucionais e das prerrogativas inerentes à nacionalidade, à soberania e à cidadania;

(c) Para anular ato lesivo ao patrimônio público ou de entidade de que o Estado participe, à moralidade administrativa, ao meio ambiente e ao patrimônio histórico e cultural da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios;

(d) Para assegurar o conhecimento de informações relativas à pessoa do impetrante, constantes de registros ou bancos de dados de entidades governamentais ou de caráter público, ou a sua retificação, se não corresponderem à verdade.

**42. No exercício de suas prerrogativas constitucionais, o Presidente da República está autorizado a praticar os seguintes atos:**

(a) Adotar medidas provisórias, com força de lei, e expedir decretos legislativo, permitindo que forças estrangeiras transitem pelo território nacional ou nele permaneçam temporariamente, ressalvados os casos previstos em lei complementar;

(b) Nomear os Ministros do Supremo Tribunal Federal, depois de aprovada a escolha pelo Congresso Nacional;

(c) Decretar a intervenção federal nos Estados, nomeando, inclusive, se necessário, interventor;

(d) Encaminhar projeto de lei ao Congresso Nacional, sobre qualquer matéria de competência legislativa da União, sem restrição de iniciativa.

## Direito Administrativo

**43. Sociedades de economia mista, entidades de administração indireta, exploram, de acordo com a Constituição e com a lei que lhes define as características, atividade cuja natureza é:**

(a) Mercantil;

(b) Empresarial;

(c) Econômica;

(d) Industrial.

**44. Em caso de recusa da Administração, o direito à informação interesse de cada administrado tem como garantia jurisdicional específica o:**

(a) *Habeas corpus*;

(b) *Habeas data*;

(c) Mandado de segurança;

(d) Mandado de injunção.

**45. Quando a Administração Pública contrata um empreendimento compreendendo todas as etapas da obra, serviços e instalações necessárias, sob inteira responsabilidade da contratada até sua entrega em condições de entrada em operação, adota um regime de execução indireta nominado como:**

(a) Empreitada por preço global;

(b) Administração contratada;



(c) Empreitada por preço unitário;

(d) Empreitada integral.

46. A execução forçada é legalmente prevista apenas contra bens:

(a) Das autarquias;

(b) Dos Municípios;

(c) Da Fazenda Pública;

(d) Das Sociedades de Economia Mista.

## Deontologia Jurídica

47. Um Advogado, regularmente inscrito na OAB-RJ, foi nomeado e empossado no cargo de Secretário de Estado de Educação do Estado do Rio de Janeiro.

Pergunta-se: Como fica a situação daquele Advogado?

(a) Continuará inscrito na OAB-RJ e exercendo a advocacia;

(b) Continuará inscrito na OAB-RJ, ficando, porém, proibido de advogar apenas contra a Fazenda Pública que o remunera;

(c) Terá sua inscrição na OAB-RJ cancelada;

(d) Ficará licenciado da advocacia durante o tempo em que exercer a atividade de Secretário de Estado de Educação.

48. Um Advogado foi constituído e patrocinou a causa do Cliente até final sentença. Concluído o seu trabalho profissional, o Advogado cobrou daquele Cliente os honorários advocatícios que haviam ajustado verbalmente, no montante de R\$ 12.000,00 (doze mil reais), e este se recusou a pagá-los.

Pergunta-se: De que meio pode se valer o referido Advogado para receber judicialmente os honorários a que tem direito?

(a) Da Execução por Quantia Certa;

(b) Da Ação de Cobrança, pelo Procedimento Ordinário;

(c) Da Ação de Cobrança, pelo Procedimento Sumário;

(d) Da Execução da Sentença nos autos do processo em que funcionou pelo Cliente mencionado.

49. Um Advogado retirou de Cartório os autos de um processo em que funciona como Advogado do Réu e não os devolveu no prazo devido.

Intimado a devolvê-los em 24 horas, também não o fez. Pergunta-se: O que poderá acontecer àquele Advogado?

(a) Apenas sofrer a busca e apreensão dos autos em seu Escritório e ser punido disciplinarmente pela OAB;

(b) Sofrer a busca e apreensão dos autos em seu Escritório; perder o direito de vista dos autos fora de Cartório; ser punido disciplinarmente pela OAB e ser punido criminalmente pela retenção dolosa dos autos;

(c) Apenas sofrer a busca e apreensão dos autos em seu Escritório; perder o direito de vista dos autos fora de Cartório e ser punido disciplinarmente pela OAB;

(d) Apenas ser punido disciplinarmente pela OAB e ser punido criminalmente pelo crime de retenção dos autos.

50. Como uma Sociedade de Advogados adquire personalidade jurídica?

(a) Com o registro de seu Contrato Social ou Ato Constitutivo na Junta Comercial;

(b) Com o registro de seu Contrato Social ou Ato Constitutivo no Cartório de Registro Civil das Pessoas Jurídicas;

(c) Com o registro de seu Contrato Social ou Ato Constitutivo no Cartório de Registro Civil das Pessoas Jurídicas e na OAB;

(d) Apenas com o registro de seu Contrato Social ou Ato Constitutivo na OAB.

